

OS POETAS IBERO-AMERICANOS E A INDEPENDÊNCIA

Fernando Cristóvão

A poesia brasileira da independência

Situa-se esta comunicação num díptico de investigação que ponha em contraste as reacções dos escritores, especialmente dos poetas do Brasil e da Região Platina em face de um mesmo grande acontecimento como é, por exemplo, a independência.

Semelhantes ou diferentes modos de reagir ajudarão a perceber o que há de diferente nas identidades nacionais, e o que há de comum numa identidade ibero-americana.

Neste primeiro ensaio é analisada a atitude dos escritores, especialmente poetas do Brasil em face do 7 de Setembro da sua independência.

O Romantismo brasileiro, em cujo quadro político e cultural ocorreu a independência, debateu-se, nas várias formas de expressão literária que a tipificam, com um paradoxo que não foi fácil de vencer: rejeitar o colonizador e, simultaneamente, exaltar o seu maior representante; condenar os excessos da colonização portuguesa e, ao mesmo tempo, louvar o Príncipe português que proclamou a independência.

Com este paradoxo se confrontaram historiadores literários, ficcionistas e poetas que, para o ultrapassarem, recorreram a soluções variadas.

Sendo característico da estética romântica exaltar o passado, eram quase trezentos anos de presença portuguesa que os autores, em princípio, deviam celebrar, e nela estavam incluídos o regime patriarcal e a escravidão, a vida das Casas Grandes e senzalas, as igrejas barrocas, rezas e lendas como muito bem o simbolizaria Jorge de Lima no poema "Calabar": "Ai de nós/Ai de nós sem as coisas deliciosas/ que em nós

moram:/ redes,/rezas,/novenas,/procissões,/e essa tristeza, Calabar,/e essa alegria danada, que se sente,/subindo, balançando, a alma da gente./Calabar, tu não sentiste/essa alegria gostosa de ser triste!"

Intimamente ligados a este tipo de sentimentos não faltou também o desespero das humilhações e atrasos, da servidão e das injustiças, que era necessário exorcizar em catarse purificadora e instintiva do grito libertador.

Por imperativo patriótico e cultural, era preciso, ao mesmo tempo, condenar e louvar.

I – A perspectiva dos prosadores

Antes de os literatos se ocuparem do assunto, quem começou por dar o tom das censuras e condenações foi o presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Clemente Pereira, que no próprio dia da aclamação de D. Pedro, e na sua presença, juntou o louvor do Príncipe que libertou o Brasil com a censura áspera dos acontecimentos dos últimos anos que tinham provocado a ruptura entre Portugal e o Brasil.

Não deixa de ser curioso observar que não é a colonização que é condenada, mas os acontecimentos recentes, posteriores a 1815.

Nessa data, o Brasil tinha deixado de ser Colónia e passado a Reino associado a Portugal e aos Algarves. Com a revolução liberal do Porto, de 1820, novas e grandes perspectivas de independência se abriam, pois o regime constitucional, pondo termo ao poder real absoluto, abria novos horizontes.

Contudo, as Cortes de Lisboa de 1821, depois do regresso de D. João VI ao Reino, fizeram exactamente o contrário: humilharam os 74 delegados brasileiros não esperando sequer por eles, anulando as medidas anteriores e reduzindo as Províncias a simples unidades administrativas subordinadas a Portugal, para além de anularem a regência de D. Pedro.

A indignação falou alto pela boca de Clemente Pereira:

“Ide, contai às Cortes de Lisboa e à Europa inteira os vivos transportes dos nossos corações, de que fosteis testemunhas quando, com lágrimas de doce prazer chamávamos aos seus deputados pais da Pátria, heróis inimitáveis, semideuses dos nossos dias (...)

Mas se o Brasil, tanto do coração se uniu a Portugal em 1821 porque em 1822 se desune dele? A razão é conhecida: Portugal desviou-se do sistema de liberalismo começado; abusou da boa-fé do Brasil e quis recolonizá-lo! Logo Portugal fez o rompimento, e a reacção do Brasil é um resultado necessário da acção de Portugal”.

Mas, com a revolta de D. Pedro rejeitando as decisões reais, afrontando o comandante das tropas portuguesas Jorge Avilez, e proclamando a independência com o grito “independência ou morte!”, uma nova situação se gerou, a da aclamação do príncipe português como libertador.

Por isso, continua Clemente Pereira:

“Viu, Senhor, a guerra que os inimigos do Brasil declararam à Vossa Magestade Imperial, pelo único crime de aceitar e desempenhar o Magestoso título de seu Defensor Perpétuo! Viu... mas não mais, Senhor, basta de sofrimento... às armas!!! Vós declarastes já a Portugal - Independência ou morte -, o Brasil todo proclama hoje (...) Pedro Imperador constitucional, e Independência ou Morte.”

E logo “ Oh ditoso Imperador, e mais venturoso povo, se estes juramentos se chegarem a firmar, e uma severa observância lhes der duração eterna!!! Portentoso ano de 1822, tu serás sempre o mais remarcável dos anaes da História.

(...) E vós, Senhor, em quem o Brasil tem posta toda a sua esperança e o Mundo inteiro tem feito as mais atentas observações (...) deixai também que veja nossos felizes descendentes abençoando os dias venturosos que geraram tão benfazejo génio”.¹

Mas, foi, sobretudo pelo caminho das condenações que seguiram os historiadores literários, o general Abreu e Lima e o poeta Domingos Gonçalves de Magalhães.

No *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, de 1835, de Abreu e Lima, logo seguido, em 1836, pelo também bosquejo de Magalhães intitulado *Ensaio*

¹ - “Nota” in *A Independência do Brasil*, Rio, Tip. Imparcial, 1847, p. 325

sobre a *História de Literatura* o que ambas as obras registam são somente ofensas e agravos.

Para Abreu e Lima, a independência livrou o Brasil de uma má colonização tornada péssima porque feita por um país que se achava de inferior condição intelectual, em relação aos ideais europeus do progresso:

“Que sendo nós outros descendentes dos Portugueses, nos achamos, por esta causa mais atrasados em conhecimentos que os nossos conterrâneos (os hispano-americanos), somos por isso mesmo o Povo mais ignorante do Continente Americano.”²

Esta censura é acompanhada de ásperas considerações sobre a governação portuguesa, e pela contestação de que de as produções literárias do Brasil antes da independência sejam consideradas portuguesas e não brasileiras, o que mais agravava a animosidade contra Portugal.

Quanto a Gonçalves Magalhães, o introdutor do Romantismo no Brasil, o julgamento sobre a presença e cultura portuguesas era igualmente muito negativo, talvez devido à circunstância muito lisonjeira para ele, jovem de 23 anos, de ter sido convidado a proferir uma conferência no muito prestigiado Instituto Histórico de Paris.

Magalhães que se tinha juntado ao grupo de brasileiros levados para a capital francesa por Debret no regresso da sua missão artística ao Rio, devia sentir como imperativo de gratidão lisonjear a cultura francesa, glorificando as novidades do seu Romantismo e anatemizando o atraso de Portugal. Isto apesar de conviver, nesse círculo de brasileiros, com Almeida Garrett que, há vários anos, defendia as mesmas ideias.”³

A doze anos de independência, nesse acto, Magalhães exalta a França e a Revolução Francesa como o verdadeiro sol da cultura e progresso, ao mesmo tempo que acusa a cultura portuguesa de obscurantismo.

Nessa conferência, publicada depois sob o título “História e Literatura do Brasil”, Magalhães sentenciava: “o Brasil, descoberto em 1500 jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro em que se recostava um Governador colonial com todo o peso da sua insuficiência e da sua imbecilidade (...) Hoje o Brasil é filho da

² - *Apud* Afrânio Coutinho, *A Tradição Afortunada*, S. Paulo, I. O. , 1968, p. 27.

³ - Fernando Cristóvão, “Gonçalves de Magalhães versus Almeida Garrett”, in *Diálogos da Casa e do Sobrado*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 159.

civilização Francesa, e como nação, é filho desta revolução famosa (...) o gigante da nossa idade..."⁴

Esta dinâmica da rejeição conhecerá um intervalo e uma superação temporária por parte dos poetas, e do romancista José de Alencar.

Alencar, nos romances *O Guarani* de 1857, e *Iracema* de 1868, procurou simbolizar e popularizar a aliança e fusão de raças, a do português branco com os ameríndios naturais do Brasil, em termos de aliança histórica e formação de uma nacionalidade.

Em *O Guarani*, portugueses e índios convivem harmoniosamente, e o final do romance preconiza um futuro comum através da viagem de um casal índio e português, Peri e Cecília, acontecendo o mesmo em *Iracema* com a sobrevivência do português Martim e o seu filho mestiço.

Porém, neste contraponto de rejeições e alianças, são os poetas os que melhor exprimem o sentimento geral: sem deixarem de reprovarem a traição das Cortes de Lisboa de 1821, elogiam o imperador e sugerem a reconciliação e a construção conjunta do Brasil.

II – A perspectiva dos poetas

A glorificação da liberdade e do Príncipe libertador e da sua descendência percorre uma vintena de poemas, a partir de 1831, tomando como pretexto a celebração da data de 7 de Setembro.

Salta à vista nesses poemas que a rejeição do passado colonial, sem deixar de existir, é muito débil e, geralmente, equacionada em termos genéricos, mais devidos ao contraste necessário para dar relevo ao grito do Ipiranga, que outra coisa. E, certamente também por influência do gosto romântico que, se não valorizava o passado, não o menosprezava, pois isso redundaria em desprestígio próprio.

O que domina esses poemas é a euforia da libertação e dos seus diversos momentos.

⁴ - in Nitheroy, Paris, Duvin et Fontaine, 1836, pp. 138 e 139.

Ilustram bem estas atitudes dois longos poemas épicos de carácter narrativo, *A Independência do Brasil*, em XII longos cantos, de António Gonçalves Teixeira e Sousa, de 1847, e *O Sete de Setembro ou a Independência do Brasil*, poema heróico em três cantos, da autoria do cónego Manuel Alves da Silva, de 1861.

Estes dois poemas, que pouco devem às musas apesar da estrita obediência às normas da épica, tentam o tom grandiloquente e camoniano, mas não conseguem ir muito além de narrativas rimadas. Expressam, contudo, o sentimento geral dos brasileiros nos primeiros tempos após a independência.

Nessas narrativas poéticas são evocados tanto os momentos dramáticos a seguir às Cortes de Lisboa onde as liberdades concedidas foram revogadas, como as celebrações eufóricas da independência.

O poeta recorda a agitação causada por esse voltaface

Em seus atros furores encendido
Seguindo o plano temido, int'resseiro
De Lisboa o congresso enfurecido
Aniquilava o Reino brasileiro!
Era então seu propósito querido
O reduzi-lo a extremo cativoiro!
E, tendo-o, conquista o servilismo
Nele das leis o negro Despotismo
(I/XLI)

Os ódios do Congresso se aumentavam
Intrigas de partidos progrediam
Ora embaraços mil se alevantavam,
E os males uns aos outros sucediam!
Entre tantos perigos que o cercavam
E faltas tantas que por si cresciam,
Julgou de ver no Américo hemisfério

Inaugurar persi um novo Império!

(I/LXIII)

Pelo mesmo diapasão afinou Alves da Silva recordando os mesmos episódios, e a decisão de D. Pedro ficar e de afrontar a tropa portuguesa:

Em tais disposições estava o valente
Exército de guerreiros esforçados
Quando às praias aborda de repente
O Príncipe, a quem cercam mil cuidados
E logo com uma voz firme e estridente
Manda a Vellez que embarque seus soldados;
Que não relute mais tome sentido
Manda Pedro, e quis ser obedecido

(II/XIX)

Mas Avillez que fora o portador
Das ordens desse grupo soberano
De levar nosso Pedro, Benfeitor
Por vontade, ou por força, ou por engano,
Bramindo em raiva, aceso furor
Não julga obedecer, nobre e ufano
P'ra uma e outra parte volitava
Como contra nós ordens ditava

Não há mais tempo; e o Príncipe ofendido
Por não ver suas ordens respeitadas
Bem junto de uma peça sobre erguido
Das que ali estavam bem carregadas
Agitando o murrão enfurecido,
Assim fala a essa tropa tão ousada:
"Embarca-te, Avillez, que d'outra sorte-

serei primeiro, quem te manda a morte.

(II/XXXI)

Assim a tropa lusa em retirada
Ligeira corre em tal desesperação
Que um deixa o boldrié, outro a espingarda,
Este a mochila esquece e o capotão
Na companhia fica, é d'outro a espada;
Ah! quantos sem bonés, sem cinturão!!!
Sim que Vulcano a todos ameaça
Arrotando p'la boca atra fumaça!

(II/XXXV)

É de notar que nestes poemas, onde a arquitectura da composição exigia uma dinâmica conducente a um "pathos" de que se obtivessem efeitos catárticos, é bem mais vasto o espaço concedido aos sentimentos de engrandecimento do Príncipe, à reconciliação e ao projecto do futuro, que à reparação do passado.

Caminho este igualmente trilhado por outros poetas que, em poemas breves, celebram acima de tudo a liberdade.

Maciel Monteiro no "Hino ao 7 de Setembro", de 1831, prefere celebrar os novos tempos de liberdade:

Do Brasil nas lindas plagas
Sorri d'ouro a nova idade!
Liberdade o Norte grita
Responde o sul: Liberdade.

Este é também o tom escolhido por Gonçalves de Magalhães, longe da Pátria, em Paris, esquecendo os agravos sofridos:

Dia da Liberdade
Tu só dissipas hoje esta tristeza
Que a vida me angustia.

São de Gonçalves Dias vários poemas dirigidos à exaltação da família imperial manifestando o seu "amor à prole de Bragança", na pessoa de D. Pedro II, no soneto "Ao aniversário natalício de S. M. I."

Pudesse além das nuvens remontando,
De mil astros brilhantes rodeado
Derramou sobre o globo electrizado
Seu nome, entre mil nomes figurando
.....
Teu nome sem cessar dissera ao mundo,
Tu que és nosso Paládio sacrossanto
Augusto Imperador – Pedro Segundo.

Os mesmos sentimentos animam Casimiro de Abreu, em 1858. Saudando o povo heróico do seu país "dos grilhões liberto" e o brado da vitória, remata:

O País, na alegria todo imerso
Velava atento à roda só dum berço...
Era o vosso, Senhor!
Vós do tronco feliz, doce renovo,
Vede agora, Senhor, na voz do Povo
Quão grande é o seu amor!

E Araújo Porto Alegre

Curvai-vos, brasileiros, ante a imagem
Da tríade imortal que o bronze anima!
Rei, cidadão, soldado! Ali o vedes!
O rei que aniquilara a prepotência
Tornando o cetro em paternal cajado.

1 – O engrandecimento da natureza brasileira

Inspirado pela “musa Brasil” e com alguma felicidade imaginativa, Teixeira e Sousa não resiste à velha tentação que vem do descritivismo dos jesuítas e colonos de celebrar as “grandezas” da terra, de modo ufanista.

É, sobretudo, no Canto XII que o faz, encerrando um diálogo teatral dentro do processo glorificante de D. Pedro I, ao colocá-lo no meio de espessa floresta onde, subitamente, o Príncipe se encontra com o enviado de Deus:

Em frente a Pedro, com divino porte
Pára altivo, e o contempla face a face.

Pedro

Quem és tu?

O Anjo

- Sou quem vela sobre a sorte
Deste povo feliz, que ora renasce!
Com ele firme, indetentável, forte
O Eterno me uniu n’um doce enlace
Velo pois deste Povo sobre o Fado,
E Anjo do Brasil eu sou chamado

Desdobrou então diante de Pedro o vastíssimo panorama do território brasileiro, acrescentando:

Aqui tens do Brasil o Império inteiro!
Seus bosques, serras, prados, rios, mares!
Aí tens! Contempla agora a imensidade
Desta terra à qual deste a Liberdade

(XII/XVIII)

Passa então em revista todas as Províncias, cidades, lugares, desde o Grão-Pará até à Serra dos Órgãos, em vinte e oito sonoras oitavas decassilábicas, a que acrescenta depois a vastidão dos signos do Zodíaco.

Não falta mesmo a glorificação da então Província do Uruguai, em termos galantes, na oitava 33, pois como é sabido, o Uruguai estava anexado ao Brasil desde 1821 com o nome de Província Cisplatina, até à expedição dos trinta e três, guerra com a Argentina e Independência em 1828.

Vê no Extremo Sul, lá se dilata
Montevideu, província tão formosa!
Vê, como sobre a foz do imenso Prata
Se espelha, de jucunda e donairoza;
Vê como ocupa posição tão grata,
Tão idónea ao comércio e vantajosa;
Si não viras correndo em vasto plano
Creras o Prata um braço do Oceano!

Em seguida, passa em revista, a abundância, variedade e excelência dos produtos da terra, um tema que nunca falta na literatura descobrimentos portugueses tanto no Brasil como na China ou no Japão, enaltecendo a fertilidade da terra.

Mas nisso ainda lhe leva a palma Alves da Silva descrevendo a cornucópia da abundância, no I Canto (XXXVI-LXVII), em cerca de uma dezena de estrofes mencionando quer as “raízes que, espontânea a natureza, produzira/A batata, o cará-assu mimoso, /mangarito, e o aipim, que é tão gostoso”, quer das “simpleces viandas”, “o esquisito Falerno aos reis só dado:/ tem banana, e a laranja soberana, / trazida dos jardins da Tingitana. (...) Quer das frutas: os aracás/ camboins, moranguinhos e goiabas/ os limões, tangerinas, cambucás”/ quer dos peixes do mar piscoso...

2– A independência garante o futuro

Como havia um novo começo para o Brasil, o futuro ocupa lugar importante nesta literatura do Sete de Setembro. Mais frequente na poesia que na prosa, porque o futuro é sempre algo de sonhado, ainda que, por vezes, como utopia.

Antes de mais, o futuro do jovem Príncipe-Imperador que, rejeitando o poder absoluto e aceitando uma "constituição mui justa e santa" iria ser a grande referência política e moral dos Brasileiros.

É isso que preconiza Teixeira e Sousa ao desenterrar e ressuscitar Tiradentes, fazendo dele um profeta austero "de cascas de árvores seus vestidos", como o precursor de Cristo: "E pelo corpo caem confusamente/ cabelos da cabeça encanecidos"/ até à cinta a barba está pendente/ (...) tem no seu aspecto magestoso/ um ar divino, um ar misterioso (I/LXXV)

Vendo um clarão inexplicável no bosque, aproxima-se dele o príncipe e interpela, corajosamente, esse velho profeta:

Pedro

- Quem és? Porque aqui estás mísero ente?!
Serás um pecador que compungido,
Neste sombrio cerro penitente
Choras pecados teus arrependido?

Velho

Sou um desses da mísera sociedade,
Que em Minas hastear já quis outr' hora
O pendão da suprema liberdade,
Que morreu sufocado em sua aurora!

Pedro

.....

Tu, que os futuros do Brasil já viste!
Dize, por que destino caprichoso
Me vejo neste bosque embaraçoso

Velho

- Tu serás, tu serás, jovem famoso
O grão libertador da Pátria cara.

Retira-se o profeta, e um coro de Serafins, de Apóstolos, de Mártires e de Profetas aclamam D. Pedro antevendo um reinado feliz.

Mas, como se esta epifania sacral não bastasse, o poeta ainda faz o príncipe encontrado com o "Anjo dos destinos" que lhe promete que a pátria libertará: "- Nunca! Do Novo Mundo a gente brava/ jamais arrastará grilhões d'escrava" (I/LII)

Assim, o Brasil terá pela frente um futuro risonho:

-Rasgae ante ele as nuvens do futuro,
Onde pode o Brasil mostrar-lhe o Fado
Livre, rico, polido e já seguro
Sobre os demais Impérios colocado
.....

Europa a procurar sua amizade,
E o comércio seu solicitando...

(XII/XCIX-C)

Para os poetas a ideia de futuro é expressa sobretudo através de figuras mitológicas favoráveis, a que acrescentam imagens novas que irão conhecer, em textos posteriores, grande fortuna: as imagens do Colosso e do Gigante, ora usadas como comparação, ora como metáfora ou alegoria. Umás vezes referindo-se às tarefas gigantescas da nova nação, outras aos elementos naturais daquela terra privilegiada, que são verdadeiros colossos.

Gonçalves Dias em "O gigante de pedra" de *Últimos Cantos*, de 1861, dá o mote imaginando o Brasil como um gigante adormecido a recordar a sua história desde que "viu primeiro os íncolas / robustos, das florestas, / Batendo os arcos rígidos", e que assistiu à chegada dos portugueses que depois expulsaram os estrangeiros. Porque viu "surgir galhardas límpidas / As portuguesas quinas, / Murchos os lisos cândidos / do impróvido gaulês! ". Foi também testemunha das grandes transformações:" Mudaram-

se os tempos e a face da terra/cidades alastram o antigo paúl". Tudo isto observou, por isso "descansa ó gigante que encerras os fados/que os térmitos guardas do vasto Brasil."

Este tema foi também desenvolvido por Alves da Silva louvando D. Pedro pela obra gigante que encetara, porque "o grande passo alfim já estava dado; / Eis que o Brasil valente lá se erguia, / contemplando risonho e fascinado /Ao brilhante porvir, que se lhe abria: / O Colosso do crime desmontado /Que elevaram três séc'los já caiu ", " E qual esse gigante que escapando, / D'altura das montanhas, pressuroso / suas torrentes vai precipitando (...) suas águas mistura no Oceano."

Araújo Porto Alegre segue-lhe o exemplo, pois dirigindo-se ao Infante exclama. " Já não és tímido infante; / Teu braço é gigante..." "Ao dia Sete de Setembro" . O mesmo fará Gonçalves Dias com a imagem do gigante adormecido que Cassiano Ricardo mais tarde desenvolverá, imaginando, em *Martim Cererê*, o Brasil a ser construído por gigantes.

3 – Da afirmação do "santo Liberalismo" à reconciliação fracassada, e à superação através do Indianismo

Esta esperança num futuro grandioso para o Brasil encontrou no entusiasmo pelas ideias liberais originárias de Portugal, e tornadas comuns aos dois países, actuou como elemento apaziguador das forças de rejeição anti-lusas.

A crença na bondade, ou mesmo "santidade" laica da nova filosofia política do Liberalismo que viera da revolução do Porto de 1820, operou de modo a esquecerem-se os agravos da colonização.

Com efeito, a evocação do Liberalismo está em toda a parte, sobretudo entre os poetas.

Já no no discurso de Clemente Pereira, o Liberalismo é o cânon da justiça e da verdade, e as novas ideias permitiam um futuro melhor: não só punham termo ao Absolutismo português mas, para além disso garantiam ao país que ia emancipar-se um regime político mais justo e participado, para além de um desenvolvimento económico mais amplo.

A existência de uma Constituição passou a ser uma espécie de remédio para todos os males, e um espaço de reconciliação.

E tão importante era esse instrumento de entendimento político e social que Teixeira e Sousa chega ao ponto de agregar ao grito de independência a palavra Constituição "Constituição - Independência ou Morte" (XII/LXXVII) e a dedicar ao tema uma vintena de estrofes.

Uma delas, a XCV do canto XII, tudo resume:

- Mas o decreto vem de três de Junho
dissipar a fatal desconfiança;
Põe à Constituição não dúbio cunho,
À tempestade segue-se a bonança:
Deve-lhe hoje o Brasil a segurança,
Sendo do vosso Liberalismo abono
Vós lhe deveis a elevação ao trono.

Com efeito, ainda antes do grito emancipador, em 3 de Junho de 1822, D. Pedro convoca representantes para redigirem a Constituição, tarefa que não se mostrou fácil, e que levaria o Príncipe a criar um Conselho de Estado de dez membros que redigissem essa carta de direitos. Embora passasse a ser um texto outorgado, nem por isso mereceu menos acatamento e elogio.

Tão entusiasta era essa recepção que chega a atingir expressões de carácter religioso, quer no sentido comum do termo, quer na leitura positivista e glorificadora da Ordem e do Progresso.

Assim, as expressões como "santo Liberalismo", Teixeira e Sousa acrescenta "constitucional sistema santo" elevado mesmo à esfera divina da Ciência e da Razão segundo Hegel e Comte: "uma constituição mui justa e santa (...) sem que a anarquia ou a licença, / Na órbita gire da Razão Suprema",

Mas não bastaram as ideias liberais comuns. O facto de D. Pedro ser português e o Decreto nº 125 ter ordenado o seu regresso à Metrópole consagraram uma ruptura, insanável por muito tempo.

Num rasgo oratório em que a expressão anafórica “esperava o Brasil” introduz seis parágrafos de cólera e decepção, acusa o Procurador da Câmara: “Esperava o Brasil”, e por vida minha que assim o aconselhava a boa política que as Cortes de Lisboa não alterassem as formas do Governo Provisório que as províncias levantaram, não só porque o Decreto de 18 de Abril de 1821 as declarou legítimas, mas também para não expor as mesmas províncias ao choque e abalos que estas mudanças costumam produzir (...) Mas oh fatal desgraça! Em um só dia viu o Brasil cortados ao nascer todas as suas verdes esperanças; viu traçado o plano da sua ruína, a sua recolonização decretada, a sua Liberdade ameaçada”.

E, interpelando o ideal a seguir: “Santo Liberalismo e tu doce amor da verdadeira glória e da sólida grandeza (...) Mostrai-lhes os horrores do Despotismo e a formosura da Constitucionalidade (...) mandai, finalmente, ao sacerdote do Grande Templo que lhe franque o ingresso até aos brilhantes padrões da Eternidade, e nele veja a legenda em letras de Ouro, que eu lá diviso, escrita: ao valor de Pedro Defensor perpétuo e à sua Constitucionalidade, a Independência, a Liberdade, a Grandeza, a Glória, o Brasil deve”.

A atitude portuguesa de 1821 foi tão desastrosa que o poeta Teixeira e Sousa até lembra que, naquele momento histórico, não era o Brasil que precisava de Portugal, mas o contrário.

“ O velho Portugal d’antiga glória.

Exausto de seus meios decaiu;

Fácil era ao Brasil na mocidade

Suster o velho irmão na velhice

(XII/LXVIII)

E é já com um sentimento de pena pelo erro cometido, e pela oportunidade perdida, que Alves da Silva exclama:

Vinde, portanto, vinde portugueses

Nossas lindas ribeiras habitar;

Vinde esquecer aqui duros reveses

Dessa sorte mesquinha em vosso lar;

"Os poetas ibero-americanos e a independência", Fernando Cristóvão
Colóquio internacional *Território e Povoamento* - A presença portuguesa na região platina
Colonia del Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de Março de 2004
Organização Instituto Camões

Aqui passando anos, longos meses
Podeis grossos tesouros ajuntar;
Que é próprio do Brasil, que os filhos cria
Dar aos estranhos quanto aos seus devia
(II/LXVI- LXVIII)

De nada serviram já os bons sentimentos da reconciliação expressos por Gonçalves Dias que tendo-se formado em Portugal, e conhecendo os verdadeiros sentimentos do povo exortava no seu "Hino ao dia 28 de Julho", a um ideal de fraternidade.

Já somos livres,
Oh, não cismemos
Do que sofremos
Em nos vingar.
Irmãos - amigos
Todos sejamos
Que respiramos
O mesmo ar

Com efeito as relações luso – brasileiras deterioraram-se, tendo-se avolumado a onda antilusista que retomou os argumentos e a linguagem de Abreu de Lima. Verdade seja que a política portuguesa do final do século XIX em nada contribuiu para um bom entendimento, tendo para isso concorrido o acolhimento nos navios portugueses fundeados na Guanabara aos rebeldes da revolta da Armada de Setembro de 1893 que conduziu à suspensão das relações diplomáticas durante um ano. Ruptura a que vieram somar-se incidentes graves como o do conflito contra o monopólio da imprensa ou a expulsão dos pescadores poveiros na difícil emancipação cultural e económica posterior à independência política.

Deste modo, a poesia da independência que, por ser romântica devia enaltecer o passado português, e por ser de independência o devia repudiar, se viu naturalmente

encaminhada para idealizar como passado fundador o dos índios que vagavam pelas florestas, transpondo-os de uma existência histórica para uma existência mítica.

Surgiu assim o mito do indianismo.

Os índios que, nos primeiros escritos dos missionários jesuítas, como Anchieta ou Nóbrega, eram vistos de modo negativo como idólatras, antropófagos e promíscuos passaram com o Romantismo, a guerreiros nobres, belos, leais e virtuosos, como os podemos ver, por exemplo, na *I- Juca - Pirama* de Gonçalves Dias ou nos romances de *O Guarani*, *Iracema* ou *Ubirajara* de José de Alencar.

Em paralelo, outro fenómeno ocorre de múltiplas consequências no futuro: o da substituição do passado português pelo passado do continente americano, o do tropismo do continente europeu pelo das Américas, este último aliás, nunca conseguido inteiramente.

Deste modo, os poetas encontraram nova fonte de inspiração. Daí as "Poesias Americanas" dos *Últimos Cantos*, a que pertence o poema "Gigante de Pedra", ou o poema épico "Os Timbiras" de Gonçalves Dias que polemizou com Gonçalves de Magalhães porque o seu canto épico "A Confederação dos Tamaios" não lhe parecia ser "poesia americana", até se chegar aos poemas "Americanos" de Machado de Assis.

Estavam encontrados substitutos para uma nova etapa político-cultural: em vez do passado português, o ameríndio, em vez da Europa, a América.

Assim foi superado o paradoxo romântico.

Fernando Cristóvão
Universidade de Lisboa